

EVANGÉLICOS NA POLÍTICA BRASILEIRA

Paul Freston

Um "showmício" pentecostal

Os outdoors anunciando um "Musical Evangélico" normalmente não me interessariam. Mas, em época de eleições, nada acontece por acaso. Prossigo na leitura e encontro o que desconfiava. "Apoio: Luna Federal e Almino Governador".

O ginásio está lotado com fiéis da Assembléia de Deus. Quando chego, o candidato a governador começa a falar (o candidato a deputado federal, pentecostal, já deve ter falado). Um discurso típico de político não evangélico à caça do voto evangélico: apresenta-se como homem religioso, enaltece o trabalho dos crentes, e tropeça no jargão evangélico. Mas não importa, pois ao seu lado está um velho pastor que acompanha o seu discurso com gestos dramáticos, convocando os fiéis a pontuar a fala do candidato com "aleluias" e "améns". Depois, o candidato sai pelo meio da multidão, o velho pastor faz uma breve pregação, e o conjunto começa a cantar. Ritmo vibrante, os jovens balançando o corpo. O que é isso? É um "showmício pentecostal" (usando o neologismo composto de show e comício).

Tudo começou com as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte em novembro de 1986. O Brasil saía da mais longa, embora não a mais feroz, das ditaduras militares na América Latina que se fundamentaram na doutrina da segurança nacional. Com o esgotamento do regime militar instalado em 1964, o primeiro presidente civil assumiu o poder em 1985, pela via indireta, com o compromisso de convocar uma Constituinte. A eleição do novo Congresso, o qual teria poderes constituintes, resultou numa nova presença evangélica, tanto em termos quantitativos (número de deputados eleitos) como qualitativos (novas igrejas representadas, novos tipos de "político evangélico" e novas estratégias de ação parlamentar). Como reconheceu o então Presidente Sar-

ney. "A grande novidade desta Constituinte é a presença maciça de uma representação evangélica".¹

Evolução Política dos Evangélicos Brasileiros

A despeito da imigração de luteranos alemães desde 1823, as primeiras tentativas exitosas de fundar igrejas protestantes com conversos brasileiros datam da década de 1850. Este trabalho pioneiro de congregacionais e presbiterianos foi seguido por outras denominações como a batista e a metodista, sendo os missionários na sua grande maioria norte-americanos. Com a queda do Império em 1889, a república proclamou a separação de Igreja e Estado, facilitando a inserção dos protestantes na vida nacional. Já em 1900, segundo os dados do Censo, havia 1,07% de protestantes, taxa que cresceu aceleradamente a partir da década de 1930, chegando a 6,62% em 1980. Ambos dados representam uma provável subestimação. Com o forte ritmo de crescimento dos anos 80, podemos estimar uma população protestante hoje em torno de 10% a 12%. Os pentecostais pesfazem talvez 60% deste total.² O grupo pentecostal mais antigo do país (1910), a Congregação Cristã no Brasil, de origem italo-americana, até hoje mantém firme a sua postura tradicional de apoliticismo. Não produz literatura, nem faz uso do rádio ou da televisão; não tem pastores nem seminários, apenas anciãos não remunerados; não colabora com outras igrejas; proíbe os oficiais da igreja a aceitarem cargos públicos, e aconselha os membros comuns a que façam o mesmo³ — características essas que a distanciam dos outros pentecostais e dificultariam um projeto político. O maior ramo do pentecostalismo brasileiro, a Assembléia de Deus, fundada em 1911, hoje cobre todo o território nacional. A partir da década de 50, o pentecostalismo brasileiro fragmentou-se, e hoje possui inúmeras vertentes de expressão meramente local.

Antes de 1986, o protestantismo não teve presença marcante no cenário político. Os históricos elegeram alguns deputados a partir da década de 30 (um constituinte metodista em 1934 e um em 1946), conheceram um período de ebulição nos anos antes do golpe de estado de 1964, inclusive com uma esquerda articulada, mas no todo não passaram

de uma presença marginal e discreta. Os pentecostais, distinguindo-se sociologicamente pela evangelização direcionada quase exclusivamente para as camadas pobres, caracterizaram-se por uma auto-exclusão da política, exceção feita a algumas incursões eleitorais da Igreja O Brasil para Cristo antes de 1964.

Assembléia Constituinte com “Bancada Evangélica”

Essa imagem foi abruptamente transformada a partir de 1986, não só pela eleição de um contingente evangélico muito maior do que os anteriores, mas também por sua composição e comportamento.

Quadro 1
Representação Evangélica na Câmara dos Deputados

	Igrejas Históricas	Igrejas Pentecostais	Total
1983-86	12	2	14
1987-90	15	18	33
% de aumento	25%	800%	135%

Os pentecostais, de uma só vez, saltaram da insignificância e superaram os históricos.

Quadro 2
Igrejas Evangélicas Representadas na Assembléia Constituinte

Igrejas Pentecostais: Assembléia de Deus	13
Evangelho Quadrangular	2

Igreja de Cristo	1
Universal Reino de Deus	1
Batista Nacional	1

Igrejas Históricas: Batista	7
Presbiteriana do Brasil	2
Presbiteriana Independente	1
Presbiteriana Unida	1
Cristã Reformada	1
Congregacional	1
Cristã Evangélica	1
Adventista	1

Vemos a predominância da Assembléia de Deus e a força dos batistas. Com uma diferença importante: enquanto a representação batista se concentra em apenas duas regiões e cinco Estados, a Assembléia está presente em todas as regiões e doze Estados. Isso reflete a decisão de um encontro nacional de líderes em abril de 1985, no qual optou-se por eleger representantes próprios, se possível um em cada Estado. 4 Conseguiram em doze. Impressiona não só a amplitude geográfica, mas a disciplina do esforço. Em somente um Estado elegeram dois deputados, e até essa exceção é eloquente: a figura destoante de Benedita da Silva (do Partido dos Trabalhadores, de esquerda, cujo slogan de campanha foi "mulher, negra, e favelada", e que certamente não é benquista pela hierarquia assembleiana) perturbou a simetria.

No parlamento, houve tentativas de formar uma "bancada evangélica", a qual só perderia em tamanho para os dois maiores partidos na Assembléia Constituinte. Mesmo tendo apenas uma relativa unidade (havia uma minoria de seis que poderiam ser classificados como esquerda ou centro-esquerda), os evangélicos, através de sua vertente majori-

tária, conquistaram grande visibilidade na imprensa, notadamente por sua atuação em matérias relacionadas com a moral sexual e a família, e em certas votações de alto relevo como reforma agrária e a duração do mandato do então presidente (não eleito pelo voto popular). A imagem que a imprensa veiculou foi de conservadorismo acentuado nos campos econômico, político e de costumes, e de um despreparo para a vida pública, patenteado por frases como:

“O presidente Sarney não tem culpa de fazer má administração. Tudo que vem acontecendo está na Bíblia e daqui para frente vai ficar pior” (Deputado federal Matheus Iensen, autor da emenda que deu cinco anos de mandato para Sarney, contra a vontade da grande maioria da população.)⁵

“A mulher tem contrações com as quais pode se defender do estupro” (Deputado federal Sotero Cunha, falando contra a legalização do aborto em casos de estupro.)⁶

Mais importante, porém, do que o despreparo (longe de ser monopólio dos evangélicos) foi a fama que conquistaram de fisiológicos (vendedores do voto parlamentar). Novamente sem monopólio, mas distinguindo-se pelo fervor e organização. O *Jornal do Brasil* denunciou:

“Boa parte dos evangélicos faz da tarefa de preparar a nova Constituição um grande e lucrativo comércio, negociando votos em troca de vantagens e benesses para suas igrejas e, muitas vezes, para eles próprios.”⁷

Canais de televisão, emissoras de rádio, cargos públicos e dinheiro canalizado pela Confederação Evangélica do Brasil. A Confederação, que de 1932 a 1964 uniu boa parte das igrejas históricas, havia entrado em agonia após o golpe de estado, e foi ressuscitada em junho de 1987 por um grupo de constituintes evangélicos. A nova diretoria tomou posse na presença de importantes figuras governistas não evangélicas. A nova Confederação, de maioria pentecostal e repudiada veementemente por várias igrejas históricas, recebeu significativas doações do governo.

As denúncias do Jornal do Brasil tornaram-se o equivalente brasileiro do escândalo dos pregadores eletrônicos nos Estados Unidos. Aliás, a comparação é bastante apropriada: lá, o escândalo ocorreu na esfera da iniciativa privada (os impérios televisivos); no Brasil, com a fraqueza da esfera privada, seguiu a tradição de canalização de recursos públicos. Em ambos casos, a esfera mais rentável foi o palco onde revelou-se a debilidade do ensino ético na comunidade evangélica.

Segmentos protestantes já inconformados com a atuação da "bandada" vieram a público contra o que estava acontecendo. Mas a Assembléia de Deus, segmentos dos batistas, e outras igrejas e entidades evangélicas menores saíram em defesa dos deputados, alegando que "as forças inimigas estão enciumadas, porque estão vendo os evangélicos ocupando pouco a pouco os espaços que lhes dizem respeito."⁸ A defesa dos deputados por parte da Assembléia de Deus era uma maneira de afirmar que o inédito engajamento político dos pentecostais não seria um fenômeno passageiro, restrito à Constituinte.

A Política Toma Conta:

As Eleições Municipais de 1988

De fato, essas eleições confirmaram a tendência. Os evangélicos se candidataram como nunca antes (mais de cem em certos municípios). Somente no estado do Rio Grande do Sul, havia setenta candidatos pertencentes à Igreja do Evangelho Quadrangular, dos quais, 69 pastores.⁹ A Assembléia de Deus elegeu por volta de 50 vereadores ou vice-prefeitos no interior do estado de Minas Gerais.¹⁰ A igreja de maior crescimento na atualidade, a Universal do Reino de Deus, notória pelos seus exorcismos e práticas financeiras, depois de eleger um constituinte em 1986, conquistou duas vagas na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

A eleição em Belo Horizonte exemplificou diferenças importantes entre as denominações. Havia 13 candidatos de igrejas batistas renovadas e oito da Convenção Batista Brasileira (a histórica), mas nenhum deles se elegeu. Da Assembléia de Deus, por outro lado, havia apenas quatro candidatos, sendo que dois eram "oficiais". Desses dois, um se elegeu e o outro perdeu por pouco. Essa disciplina assembleiana con-

tária, conquistaram grande visibilidade na imprensa, notadamente por sua atuação em matérias relacionadas com a moral sexual e a família, e em certas votações de alto relevo como reforma agrária e a duração do mandato do então presidente (não eleito pelo voto popular). A imagem que a imprensa veiculou foi de conservadorismo acentuado nos campos econômico, político e de costumes, e de um despreparo para a vida pública, patenteado por frases como:

“O presidente Sarney não tem culpa de fazer má administração. Tudo que vem acontecendo está na Bíblia e daqui para frente vai ficar pior.” (Deputado federal Matheus Iensen, autor da emenda que deu cinco anos de mandato para Sarney, contra a vontade da grande maioria da população.)⁵

“A mulher tem contrações com as quais pode se defender do estupro.” (Deputado federal Sotero Cunha, falando contra a legalização do aborto em casos de estupro.)⁶

Mais importante, porém, do que o despreparo (longe de ser monopólio dos evangélicos) foi a fama que conquistaram de fisiológicos (vendedores do voto parlamentar). Novamente sem monopólio, mas distinguindo-se pelo fervor e organização. O *Jornal do Brasil* denunciou:

“Boa parte dos evangélicos faz da tarefa de preparar a nova Constituição um grande e lucrativo comércio, negociando votos em troca de vantagens e benesses para suas igrejas e, muitas vezes, para eles próprios.”⁷

Canais de televisão, emissoras de rádio, cargos públicos e dinheiro canalizado pela Confederação Evangélica do Brasil. A Confederação, que de 1932 a 1964 uniu boa parte das igrejas históricas, havia entrado em agonia após o golpe de estado, e foi ressuscitada em junho de 1987 por um grupo de constituintes evangélicos. A nova diretoria tomou posse na presença de importantes figuras governistas não evangélicas. A nova Confederação, de maioria pentecostal e repudiada veementemente por várias igrejas históricas, recebeu significativas doações do governo.

As denúncias do Jornal do Brasil tornaram-se o equivalente brasileiro do escândalo dos pregadores eletrônicos nos Estados Unidos. Aliás, a comparação é bastante apropriada: lá, o escândalo ocorreu na esfera da iniciativa privada (os impérios televisivos); no Brasil, com a fraqueza da esfera privada, seguiu a tradição de canalização de recursos públicos. Em ambos casos, a esfera mais rentável foi o palco onde revelou-se a debilidade do ensino ético na comunidade evangélica.

Segmentos protestantes já inconformados com a atuação da "banca" vieram a público contra o que estava acontecendo. Mas a Assembléia de Deus, segmentos dos batistas, e outras igrejas e entidades evangélicas menores saíram em defesa dos deputados, alegando que "as forças inimigas estão enciumadas, porque estão vendo os evangélicos ocupando pouco a pouco os espaços que lhes dizem respeito."⁸ A defesa dos deputados por parte da Assembléia de Deus era uma maneira de afirmar que o inédito engajamento político dos pentecostais não seria um fenômeno passageiro, restrito à Constituinte.

A Política Toma Conta:

As Eleições Municipais de 1988

De fato, essas eleições confirmaram a tendência. Os evangélicos se candidataram como nunca antes (mais de cem em certos municípios). Somente no estado do Rio Grande do Sul, havia setenta candidatos pertencentes à Igreja do Evangelho Quadrangular, dos quais, 69 pastores.⁹ A Assembléia de Deus elegeu por volta de 50 vereadores ou vice-prefeitos no interior do estado de Minas Gerais.¹⁰ A igreja de maior crescimento na atualidade, a Universal do Reino de Deus, notória pelos seus exorcismos e práticas financeiras, depois de eleger um constituinte em 1986, conquistou duas vagas na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

A eleição em Belo Horizonte exemplificou diferenças importantes entre as denominações. Havia 13 candidatos de igrejas batistas renovadas e oito da Convenção Batista Brasileira (a histórica), mas nenhum deles se elegeu. Da Assembléia de Deus, por outro lado, havia apenas quatro candidatos, sendo que dois eram "oficiais". Desses dois, um se elegeu e o outro perdeu por pouco. Essa disciplina assembleiana con-

tária, conquistaram grande visibilidade na imprensa, notadamente por sua atuação em matérias relacionadas com a moral sexual e a família, e em certas votações de alto relevo como reforma agrária e a duração do mandato do então presidente (não eleito pelo voto popular). A imagem que a imprensa veiculou foi de conservadorismo acentuado nos campos econômico, político e de costumes, e de um despreparo para a vida pública, patenteado por frases como:

“O presidente Sarney não tem culpa de fazer má administração. Tudo que vem acontecendo está na Bíblia e daqui para frente vai ficar pior.” (Deputado federal Matheus Iensen, autor da emenda que deu cinco anos de mandato para Sarney, contra a vontade da grande maioria da população.)⁵

“A mulher tem contrações com as quais pode se defender do estupro.” (Deputado federal Sotero Cunha, falando contra a legalização do aborto em casos de estupro.)⁶

Mais importante, porém, do que o despreparo (longe de ser monopólio dos evangélicos) foi a fama que conquistaram de fisiológicos (vendedores do voto parlamentar). Novamente sem monopólio, mas distinguindo-se pelo fervor e organização. O *Jornal do Brasil* denunciou:

“Boa parte dos evangélicos faz da tarefa de preparar a nova Constituição um grande e lucrativo comércio, negociando votos em troca de vantagens e benesses para suas igrejas e, muitas vezes, para eles próprios.”⁷

Canais de televisão, emissoras de rádio, cargos públicos e dinheiro canalizado pela Confederação Evangélica do Brasil. A Confederação, que de 1932 a 1964 uniu boa parte das igrejas históricas, havia entrado em agonia após o golpe de estado, e foi ressuscitada em junho de 1987 por um grupo de constituintes evangélicos. A nova diretoria tomou posse na presença de importantes figuras governistas não evangélicas. A nova Confederação, de maioria pentecostal e repudiada veementemente por várias igrejas históricas, recebeu significativas doações do governo.

As denúncias do Jornal do Brasil tornaram-se o equivalente brasileiro do escândalo dos pregadores eletrônicos nos Estados Unidos. Aliás, a comparação é bastante apropriada: lá, o escândalo ocorreu na esfera da iniciativa privada (os impérios televisivos); no Brasil, com a fraqueza da esfera privada, seguiu a tradição de canalização de recursos públicos. Em ambos casos, a esfera mais rentável foi o palco onde revelou-se a debilidade do ensino ético na comunidade evangélica.

Segmentos protestantes já inconformados com a atuação da "bandada" vieram a público contra o que estava acontecendo. Mas a Assembléia de Deus, segmentos dos batistas, e outras igrejas e entidades evangélicas menores saíram em defesa dos deputados, alegando que "as forças inimigas estão enciumadas, porque estão vendo os evangélicos ocupando pouco a pouco os espaços que lhes dizem respeito."⁸ A defesa dos deputados por parte da Assembléia de Deus era uma maneira de afirmar que o inédito engajamento político dos pentecostais não seria um fenômeno passageiro, restrito à Constituinte.

A Política Toma Conta:

As Eleições Municipais de 1988

De fato, essas eleições confirmaram a tendência. Os evangélicos se candidataram como nunca antes (mais de cem em certos municípios). Somente no estado do Rio Grande do Sul, havia setenta candidatos pertencentes à Igreja do Evangelho Quadrangular, dos quais, 69 pastores.⁹ A Assembléia de Deus elegeu por volta de 50 vereadores ou vice-prefeitos no interior do estado de Minas Gerais.¹⁰ A igreja de maior crescimento na atualidade, a Universal do Reino de Deus, notória pelos seus exorcismos e práticas financeiras, depois de eleger um constituinte em 1986, conquistou duas vagas na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

A eleição em Belo Horizonte exemplificou diferenças importantes entre as denominações. Havia 13 candidatos de igrejas batistas renovadas e oito da Convenção Batista Brasileira (a histórica), mas nenhum deles se elegeu. Da Assembléia de Deus, por outro lado, havia apenas quatro candidatos, sendo que dois eram "oficiais". Desses dois, um se elegeu e o outro perdeu por pouco. Essa disciplina assembleiana con-

tária, conquistaram grande visibilidade na imprensa, notadamente por sua atuação em matérias relacionadas com a moral sexual e a família, e em certas votações de alto relevo como reforma agrária e a duração do mandato do então presidente (não eleito pelo voto popular). A imagem que a imprensa veiculou foi de conservadorismo acentuado nos campos econômico, político e de costumes, e de um despreparo para a vida pública, patenteado por frases como:

“O presidente Sarney não tem culpa de fazer má administração. Tudo que vem acontecendo está na Bíblia e daqui para frente vai ficar pior.” (Deputado federal Matheus Iensen, autor da emenda que deu cinco anos de mandato para Sarney, contra a vontade da grande maioria da população.)⁵

“A mulher tem contrações com as quais pode se defender do estupro.” (Deputado federal Sotero Cunha, falando contra a legalização do aborto em casos de estupro.)⁶

Mais importante, porém, do que o despreparo (longe de ser monopólio dos evangélicos) foi a fama que conquistaram de fisiológicos (vendedores do voto parlamentar). Novamente sem monopólio, mas distinguindo-se pelo fervor e organização. O *Jornal do Brasil* denunciou:

“Boa parte dos evangélicos faz da tarefa de preparar a nova Constituição um grande e lucrativo comércio, negociando votos em troca de vantagens e benesses para suas igrejas e, muitas vezes, para eles próprios.”⁷

Canais de televisão, emissoras de rádio, cargos públicos e dinheiro canalizado pela Confederação Evangélica do Brasil. A Confederação, que de 1932 a 1964 uniu boa parte das igrejas históricas, havia entrado em agonia após o golpe de estado, e foi ressuscitada em junho de 1987 por um grupo de constituintes evangélicos. A nova diretoria tomou posse na presença de importantes figuras governistas não evangélicas. A nova Confederação, de maioria pentecostal e repudiada veementemente por várias igrejas históricas, recebeu significativas doações do governo

As denúncias do *Jornal do Brasil* tornaram-se o equivalente brasileiro do escândalo dos pregadores eletrônicos nos Estados Unidos. Aliás, a comparação é bastante apropriada: lá, o escândalo ocorreu na esfera da iniciativa privada (os impérios televisivos); no Brasil, com a fraqueza da esfera privada, seguiu a tradição de canalização de recursos públicos. Em ambos casos, a esfera mais rentável foi o palco onde revelou-se a debilidade do ensino ético na comunidade evangélica.

Segmentos protestantes já inconformados com a atuação da “banca” vieram a público contra o que estava acontecendo. Mas a Assembléia de Deus, segmentos dos batistas, e outras igrejas e entidades evangélicas menores saíram em defesa dos deputados, alegando que “as forças inimigas estão enciumadas, porque estão vendo os evangélicos ocupando pouco a pouco os espaços que lhes dizem respeito.”⁸ A defesa dos deputados por parte da Assembléia de Deus era uma maneira de afirmar que o inédito engajamento político dos pentecostais não seria um fenômeno passageiro, restrito à Constituinte.

A Política Toma Conta:

As Eleições Municipais de 1988

De fato, essas eleições confirmaram a tendência. Os evangélicos se candidataram como nunca antes (mais de cem em certos municípios). Somente no estado do Rio Grande do Sul, havia setenta candidatos pertencentes à Igreja do Evangelho Quadrangular, dos quais, 69 pastores.⁹ A Assembléia de Deus elegeu por volta de 50 vereadores ou vice-prefeitos no interior do estado de Minas Gerais.¹⁰ A igreja de maior crescimento na atualidade, a Universal do Reino de Deus, notória pelos seus exorcismos e práticas financeiras, depois de eleger um constituinte em 1986, conquistou duas vagas na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

A eleição em Belo Horizonte exemplificou diferenças importantes entre as denominações. Havia 13 candidatos de igrejas batistas renovadas e oito da Convenção Batista Brasileira (a histórica), mas nenhum deles se elegeu. Da Assembléia de Deus, por outro lado, havia apenas quatro candidatos, sendo que dois eram “oficiais”. Desses dois, um se elegeu e o outro perdeu por pouco. Essa disciplina assembleiana con-

tária, conquistaram grande visibilidade na imprensa, notadamente por sua atuação em matérias relacionadas com a moral sexual e a família, e em certas votações de alto relevo como reforma agrária e a duração do mandato do então presidente (não eleito pelo voto popular). A imagem que a imprensa veiculou foi de conservadorismo acentuado nos campos econômico, político e de costumes, e de um despreparo para a vida pública, patenteado por frases como:

“O presidente Sarney não tem culpa de fazer má administração. Tudo que vem acontecendo está na Bíblia e daqui para frente vai ficar pior.” (Deputado federal Matheus Iensen, autor da emenda que deu cinco anos de mandato para Sarney, contra a vontade da grande maioria da população.)⁵

“A mulher tem contrações com as quais pode se defender do estupro.” (Deputado federal Sotero Cunha, falando contra a legalização do aborto em casos de estupro.)⁶

Mais importante, porém, do que o despreparo (longe de ser monopólio dos evangélicos) foi a fama que conquistaram de fisiológicos (vendedores do voto parlamentar). Novamente sem monopólio, mas distinguindo-se pelo fervor e organização. O *Jornal do Brasil* denunciou:

“Boa parte dos evangélicos faz da tarefa de preparar a nova Constituição um grande e lucrativo comércio, negociando votos em troca de vantagens e benesses para suas igrejas e, muitas vezes, para eles próprios.”⁷

Canais de televisão, emissoras de rádio, cargos públicos e dinheiro canalizado pela Confederação Evangélica do Brasil. A Confederação, que de 1932 a 1964 uniu boa parte das igrejas históricas, havia entrado em agonia após o golpe de estado, e foi ressuscitada em junho de 1987 por um grupo de constituintes evangélicos. A nova diretoria tomou posse na presença de importantes figuras governistas não evangélicas. A nova Confederação, de maioria pentecostal e repudiada veementemente por várias igrejas históricas, recebeu significativas doações do governo.

As denúncias do Jornal do Brasil tornaram-se o equivalente brasileiro do escândalo dos pregadores eletrônicos nos Estados Unidos. Aliás, a comparação é bastante apropriada: lá, o escândalo ocorreu na esfera da iniciativa privada (os impérios televisivos); no Brasil, com a fraqueza da esfera privada, seguiu a tradição de canalização de recursos públicos. Em ambos casos, a esfera mais rentável foi o palco onde revelou-se a debilidade do ensino ético na comunidade evangélica.

Segmentos protestantes já inconformados com a atuação da "banca" vieram a público contra o que estava acontecendo. Mas a Assembléia de Deus, segmentos dos batistas, e outras igrejas e entidades evangélicas menores saíram em defesa dos deputados, alegando que "as forças inimigas estão enciumadas, porque estão vendo os evangélicos ocupando pouco a pouco os espaços que lhes dizem respeito."⁸ A defesa dos deputados por parte da Assembléia de Deus era uma maneira de afirmar que o inédito engajamento político dos pentecostais não seria um fenômeno passageiro, restrito à Constituinte.

A Política Toma Conta:

As Eleições Municipais de 1988

De fato, essas eleições confirmaram a tendência. Os evangélicos se candidataram como nunca antes (mais de cem em certos municípios). Somente no estado do Rio Grande do Sul, havia setenta candidatos pertencentes à Igreja do Evangelho Quadrangular, dos quais, 69 pastores.⁹ A Assembléia de Deus elegeu por volta de 50 vereadores ou vice-prefeitos no interior do estado de Minas Gerais.¹⁰ A igreja de maior crescimento na atualidade, a Universal do Reino de Deus, notória pelos seus exorcismos e práticas financeiras, depois de eleger um constituinte em 1986, conquistou duas vagas na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

A eleição em Belo Horizonte exemplificou diferenças importantes entre as denominações. Havia 13 candidatos de igrejas batistas renovadas e oito da Convenção Batista Brasileira (a histórica), mas nenhum deles se elegeu. Da Assembléia de Deus, por outro lado, havia apenas quatro candidatos, sendo que dois eram "oficiais". Desses dois, um se elegeu e o outro perdeu por pouco. Essa disciplina assembleiana con-

tária, conquistaram grande visibilidade na imprensa, notadamente por sua atuação em matérias relacionadas com a moral sexual e a família, e em certas votações de alto relevo como reforma agrária e a duração do mandato do então presidente (não eleito pelo voto popular). A imagem que a imprensa veiculou foi de conservadorismo acentuado nos campos econômico, político e de costumes, e de um despreparo para a vida pública, patenteado por frases como:

“O presidente Sarney não tem culpa de fazer má administração. Tudo que vem acontecendo está na Bíblia e daqui para frente vai ficar pior.” (Deputado federal Matheus Iensen, autor da emenda que deu cinco anos de mandato para Sarney, contra a vontade da grande maioria da população.)⁵

“A mulher tem contrações com as quais pode se defender do estupro.” (Deputado federal Sotero Cunha, falando contra a legalização do aborto em casos de estupro.)⁶

Mais importante, porém, do que o despreparo (longe de ser monopólio dos evangélicos) foi a fama que conquistaram de fisiológicos (vendedores do voto parlamentar). Novamente sem monopólio, mas distinguindo-se pelo fervor e organização. O *Jornal do Brasil* denunciou:

“Boa parte dos evangélicos faz da tarefa de preparar a nova Constituição um grande e lucrativo comércio, negociando votos em troca de vantagens e benesses para suas igrejas e, muitas vezes, para eles próprios.”⁷

Canais de televisão, emissoras de rádio, cargos públicos e dinheiro canalizado pela Confederação Evangélica do Brasil. A Confederação, que de 1932 a 1964 uniu boa parte das igrejas históricas, havia entrado em agonia após o golpe de estado, e foi ressuscitada em junho de 1987 por um grupo de constituintes evangélicos. A nova diretoria tomou posse na presença de importantes figuras governistas não evangélicas. A nova Confederação, de maioria pentecostal e repudiada veementemente por várias igrejas históricas, recebeu significativas doações do governo.

As denúncias do Jornal do Brasil tornaram-se o equivalente brasileiro do escândalo dos pregadores eletrônicos nos Estados Unidos. Aliás, a comparação é bastante apropriada: lá, o escândalo ocorreu na esfera da iniciativa privada (os impérios televisivos); no Brasil, com a fraqueza da esfera privada, seguiu a tradição de canalização de recursos públicos. Em ambos casos, a esfera mais rentável foi o palco onde revelou-se a debilidade do ensino ético na comunidade evangélica.

Segmentos protestantes já inconformados com a atuação da "banca" vieram a público contra o que estava acontecendo. Mas a Assembléia de Deus, segmentos dos batistas, e outras igrejas e entidades evangélicas menores saíram em defesa dos deputados, alegando que "as forças inimigas estão enciumadas, porque estão vendo os evangélicos ocupando pouco a pouco os espaços que lhes dizem respeito."⁸ A defesa dos deputados por parte da Assembléia de Deus era uma maneira de afirmar que o inédito engajamento político dos pentecostais não seria um fenômeno passageiro, restrito à Constituinte.

A Política Toma Conta:

As Eleições Municipais de 1988

De fato, essas eleições confirmaram a tendência. Os evangélicos se candidataram como nunca antes (mais de cem em certos municípios). Somente no estado do Rio Grande do Sul, havia setenta candidatos pertencentes à Igreja do Evangelho Quadrangular, dos quais, 69 pastores.⁹ A Assembléia de Deus elegeu por volta de 50 vereadores ou vice-prefeitos no interior do estado de Minas Gerais.¹⁰ A igreja de maior crescimento na atualidade, a Universal do Reino de Deus, notória pelos seus exorcismos e práticas financeiras, depois de eleger um constituinte em 1986, conquistou duas vagas na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

A eleição em Belo Horizonte exemplificou diferenças importantes entre as denominações. Havia 13 candidatos de igrejas batistas renovadas e oito da Convenção Batista Brasileira (a histórica), mas nenhum deles se elegeu. Da Assembléia de Deus, por outro lado, havia apenas quatro candidatos, sendo que dois eram "oficiais". Desses dois, um se elegeu e o outro perdeu por pouco. Essa disciplina assembleiana con-

tária, conquistaram grande visibilidade na imprensa, notadamente por sua atuação em matérias relacionadas com a moral sexual e a família, e em certas votações de alto relevo como reforma agrária e a duração do mandato do então presidente (não eleito pelo voto popular). A imagem que a imprensa veiculou foi de conservadorismo acentuado nos campos econômico, político e de costumes, e de um despreparo para a vida pública, patenteado por frases como:

“O presidente Sarney não tem culpa de fazer má administração. Tudo que vem acontecendo está na Bíblia e daqui para frente vai ficar pior.” (Deputado federal Matheus Iensen, autor da emenda que deu cinco anos de mandato para Sarney, contra a vontade da grande maioria da população.)⁵

“A mulher tem contrações com as quais pode se defender do estupro.” (Deputado federal Sotero Cunha, falando contra a legalização do aborto em casos de estupro.)⁶

Mais importante, porém, do que o despreparo (longe de ser monopólio dos evangélicos) foi a fama que conquistaram de fisiológicos (vendedores do voto parlamentar). Novamente sem monopólio, mas distinguindo-se pelo fervor e organização. O *Jornal do Brasil* denunciou:

“Boa parte dos evangélicos faz da tarefa de preparar a nova Constituição um grande e lucrativo comércio, negociando votos em troca de vantagens e benesses para suas igrejas e, muitas vezes, para eles próprios.”⁷

Canais de televisão, emissoras de rádio, cargos públicos e dinheiro canalizado pela Confederação Evangélica do Brasil. A Confederação, que de 1932 a 1964 uniu boa parte das igrejas históricas, havia entrado em agonia após o golpe de estado, e foi ressuscitada em junho de 1987 por um grupo de constituintes evangélicos. A nova diretoria tomou posse na presença de importantes figuras governistas não evangélicas. A nova Confederação, de maioria pentecostal e repudiada veementemente por várias igrejas históricas, recebeu significativas doações do governo.

As denúncias do Jornal do Brasil tornaram-se o equivalente brasileiro do escândalo dos pregadores eletrônicos nos Estados Unidos. Aliás, a comparação é bastante apropriada: lá, o escândalo ocorreu na esfera da iniciativa privada (os impérios televisivos); no Brasil, com a fraqueza da esfera privada, seguiu a tradição de canalização de recursos públicos. Em ambos casos, a esfera mais rentável foi o palco onde revelou-se a debilidade do ensino ético na comunidade evangélica.

Segmentos protestantes já inconformados com a atuação da "bandada" vieram a público contra o que estava acontecendo. Mas a Assembléia de Deus, segmentos dos batistas, e outras igrejas e entidades evangélicas menores saíram em defesa dos deputados, alegando que "as forças inimigas estão enciumadas, porque estão vendo os evangélicos ocupando pouco a pouco os espaços que lhes dizem respeito."⁸ A defesa dos deputados por parte da Assembléia de Deus era uma maneira de afirmar que o inédito engajamento político dos pentecostais não seria um fenômeno passageiro, restrito à Constituinte.

A Política Toma Conta:

As Eleições Municipais de 1988

De fato, essas eleições confirmaram a tendência. Os evangélicos se candidataram como nunca antes (mais de cem em certos municípios). Somente no estado do Rio Grande do Sul, havia setenta candidatos pertencentes à Igreja do Evangelho Quadrangular, dos quais, 69 pastores.⁹ A Assembléia de Deus elegeu por volta de 50 vereadores ou vice-prefeitos no interior do estado de Minas Gerais.¹⁰ A igreja de maior crescimento na atualidade, a Universal do Reino de Deus, notória pelos seus exorcismos e práticas financeiras, depois de eleger um constituinte em 1986, conquistou duas vagas na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

A eleição em Belo Horizonte exemplificou diferenças importantes entre as denominações. Havia 13 candidatos de igrejas batistas renovadas e oito da Convenção Batista Brasileira (a histórica), mas nenhum deles se elegeu. Da Assembléia de Deus, por outro lado, havia apenas quatro candidatos, sendo que dois eram "oficiais". Desses dois, um se elegeu e o outro perdeu por pouco. Essa disciplina assembleiana con-

trasta fortemente com o individualismo batista. A característica mais de "seita estabelecida"¹¹ (usaremos sempre a palavra "seita" aqui na sua acepção sociológica, sem nenhum juízo de valor) que têm os batistas, com uma ideologia liberal e maior consciência de cidadania, uma clientela com uma presença maior da classe média, e uma fragmentação organizacional, dificulta a formação de curras eleitorais. (Ver o Anexo para uma breve explicação dos termos "seita", "seita estabelecida", "denominação" e "igreja"). Outro pentecostal eleito era pastor de um grupo regional, a Igreja Reino dos Céus. As pequenas igrejas pentecostais, dissidentes dos grandes ramos, ainda mais pobres economicamente, geralmente com fortes lideranças personalistas e muita ênfase em curas, vêm ocupando os espaços deixados pelas igrejas pentecostais mais antigas que começam a se aburguesar, ostentando modalidades religiosas mais eruditas, controladas e institucionalizadas.¹² Esses pequenos grupos são capazes já de marcar presença em eleições municipais.

Se a multiplicação de candidaturas em 1988 prejudicou os planos corporativos, alguns analistas detectaram outro fenômeno que estaria limitando os planos das cúpulas pentecostais: a recusa da massa de fiéis de despejar seus votos nos candidatos "oficiais". Depois das eleições, o presidente da Convenção das Assembléias de Deus do Estado de Minas Gerais reconheceu que a cúpula havia perdido o controle, e responsabilizou por isso o desgaste do PMDB, o principal partido do governo Sarney.¹³ Isso, depois de ter apoiado o candidato da situação ao governo do Estado porque "votamos sempre com o governo" e porque "ele foi o único político que cumpriu o seu compromisso com os evangélicos, com a doação de um terreno..."

A tese de que o desgaste do governo teria levado à desobediência eleitoral dos fiéis, não deve ser vista como apenas uma justificativa cômoda. Um precedente foi registrado em 1982, com relação à baixa votação pentecostal no PDS (partido do então governo militar), malgrado as injunções da cúpula.

"O 'povo da igreja' não vota exclusivamente orientado por interesses particulares ou do grupo, mas também por demandas coletivas mais amplas

do que o grupo... [porque interfere] uma visão genérica das condições de vida 'do povo'" 14

Um dos limites, então, do projeto pentecostal corporativo, é a necessidade de não contrariar em demasia as percepções gerais dos fiéis, enquanto cidadãos e, em geral, pobres, a respeito das condições de vida do povo e da imagem de governos. A tese de que estaria havendo uma tendência, no interior do pentecostalismo, a que o "voto cidadão" prevaleça sobre o "voto religião", deve ser vista com cautela ainda. É necessário ver em que circunstâncias a cúpula não consegue emplacar os seus candidatos.

Um Esforço de Diferenciação:

A Eleição Presidencial de 1989

No primeiro pleito presidencial direto em 29 anos, os evangélicos tiveram papel destacado mesmo antes da campanha propriamente dita, na tentativa fracassada do então Ministro da Agricultura, Íris Rezende, de consagrar-se candidato do PMDB. Já em 1988, um autor assembleiano dizia:

"Nosso irmão, Íris Rezende... está conseguindo... safras recordes. Ao ser nomeado, ele promoveu um culto de ação de graças [e a cada safra recorde, mais um culto]... É assim, louvando e agradecendo a Deus, vai sendo abençoado... graças às orações de milhares de crentes que intercedem por ele, à eficiência de sua liderança e porque o Ministro não se envergonha do Evangelho"... A imprensa já começa a especular..." 15

Vários segmentos evangélicos jogaram pesadamente na candidatura. Na Convenção Nacional das Assembleias de Deus, o presidente da Convenção comprometeu-se a convencer seu "rebanho e toda a Nação a apoiar o homem que tem sido usado por Deus para produzir super-safras". E foi mais longe, lançando mão de um recurso poderoso no mundo pentecostal, a profecia: "Deus já me disse que um evangélico será presidente. Se o ministro [Íris Rezende] for escolhido na convenção [do PMDB]... já sei o nome do novo governante deste país." 16

Apesar do ministro ter vínculos tênues com a comunidade evangélica, ele havia sido "adotado" por líderes da mesma. Para construir essa relação, lançaram mão das safras agrícolas, festejadas em cultos

anuais de ação de graças com a presença do presidente. Assim, ao ministro, esses cultos ofereciam a chance de apresentar-se como representante reconhecido de uma comunidade numerosa de âmbito nacional, aos evangélicos, possibilitavam banharem-se na glória das safras, apresentando-as como resposta de Deus às suas orações e sinal da bênção divina sobre uma autoridade protestante.

Com a derrota de Íris na convenção do seu partido, o quadro evangélico fica confuso. Finalmente, uma parcela expressiva se aglutina em torno de Fernando Collor, jovem político de família tradicional que adota um estilo populista e corre por fora dos grandes partidos. Além do "Movimento Evangélico pró-Collor", outros comitês se formam: pró-Brizola (candidato populista de esquerda) e pró-Lula (candidato de uma coligação de esquerda encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores). É instrutivo comparar os movimentos pró-Collor e pró-Lula, sendo estes os dois candidatos que chegaram ao segundo turno. O movimento pró-Collor era de lideranças eclesiásticas, principalmente pentecostais, e procurava convencer os pastores a darem uma certa orientação aos seus membros. Falava nos "compromissos de Fernando Collor com os evangélicos". Peça chave no seu discurso era o tema da perseguição religiosa que os candidatos de esquerda e centro-esquerda supostamente moveriam. No entanto, quando este pesquisador contactou o Movimento pró-Collor antes do segundo turno, a razão dada pela rejeição da candidatura Lula girou em torno da "convulsão social" que as suas políticas gerariam. Quando perguntei se não estavam com receio de perseguição religiosa, a resposta eminentemente sensata foi que não, porque a liberdade religiosa estava garantida pela Constituição.

De fato, Fernando Collor era uma receita boa para receber os votos mais orientados dos pentecostais. Pregava contra a corrupção (tema político de cunho moral, facilmente compreensível para o evangélico não politizado); podia ser plausivelmente apresentado como "temente a Deus" (e Lula como "ateu"); e dizia-se opositor do governo Sarney, altamente desgastado.

O movimento evangélico pró-Lula, por outro lado, era de líderes e de membros comuns, ou seja, do cidadão autônomo. Fazia muito alar-

de, como querendo deixar claro que o evangélico podia (e até devia) ser de esquerda. O discurso era ideológico. A ênfase na identidade evangélica na militância política visava um efeito dentro da comunidade evangélica. Paradoxalmente, o mais ideológico é que olhavam mais para dentro do campo religioso, pois a mera opção política decorrente da fé não precisava ser expressa num movimento à parte (como não foi no caso dos evangélicos que apoiaram ideologicamente o candidato que melhor representava a opção neo-liberal, Afif Domingos). Não deixou de haver um certo messianismo, análogo à tendência já constatada entre agentes católicos de pastoral popular. O momento da campanha que mais acirrou as divisões ideológicas dentro da comunidade evangélica, foi o aparecimento na propaganda eleitoral televisiva, do coordenador do Movimento Evangélico pró-Lula, Robinson Cavalcanti. Essa ação foi fortemente criticada porque ameaçou o projeto corporativo nas suas duas frentes: atingiu muitos evangélicos que de outra forma nunca saberiam de irmãos na fé apoiando Lula; e avisou os políticos das divisões internas da comunidade evangélica. Mesmo assim, é provável que o voto evangélico tenha decidido o segundo turno da eleição presidencial, a favor de Fernando Collor.

Nova Direita Cristã?

A análise sociológica mais séria do fenômeno, feita por Pierucci,¹⁷ o caracteriza como “a mais nova irrupção do conservadorismo ativo”. O protestantismo conservador está implementando uma nova estratégia de presença e influência na sociedade, buscando a visibilidade. Para a direita, traz um fenomenal aporte de recursos culturais e retóricos (os “valores cristãos”), e invejáveis recursos humanos e organizacionais de base. Traz, também, para a arena política demandas tradicionais e moralistas que não deixam de ser reais para amplos segmentos da população. Erguendo-se em guardiães da moralidade privada, os evangélicos, embora minoritários, conseguem falar com plausibilidade em nome da “maioria moral”. Por isso, se constituem numa “nova direita cristã”, em clara comparação com os Estados Unidos.

A análise de Pierucci tem muito valor, mas um exame mais minucioso da atuação dos constituintes evangélicos lança dúvida sobre a semelhança do caso brasileiro com o norte-americano. Para facilitar a análise, usarei a nota atribuída a cada constituinte pelo DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), numa escala de zero a dez, segundo as votações registradas nas "questões de interesse dos trabalhadores".¹⁸ Via de regra, quanto mais alta a nota, mais de esquerda. A média da Nota DIAP para todos os constituintes foi 4,94; a dos evangélicos foi 4,52. Ou seja, os evangélicos votaram um pouco menos favoravelmente aos interesses dos trabalhadores, segundo os critérios do DIAP.

Um fator que poderia influir neste resultado é a questão regional.

Quadro 3
Nota DIAP: Geral (conjunto dos constituintes) e Evangélicos

Região	Geral	Evangélicos
Norte	3,84	3,35
Nordeste	4,56	4,15
Centro-Oeste	4,80	3,33
Sudeste	5,52	5,85
Sul	5,45	2,58

A região Sudeste (a mais desenvolvida) votou mais favoravelmente aos trabalhadores do que as outras regiões, e é lá que se concentravam desproporcionalmente os deputados evangélicos (14 dos 33). Isso deveria empurrar a Nota DIAP dos protestantes para cima, e de fato os do Sudeste têm uma nota mais alta do que a média regional. Mas os evangélicos de todas as outras regiões têm notas mais baixas do que o

conjunto. Levanto como hipótese explicativa desse relativo direitismo do político evangélico nas periferias econômicas, o fisiologismo em função de um projeto de fortalecimento corporativo.

Devemos procurar em outras votações a razão da fama conservadora dos evangélicos. Distanciaram-se claramente do conjunto nas questões comportamentais (aborto, homossexualismo, divórcio) e em certas questões onde houve grande pressão do governo federal ou de lobbies (duração do mandato do então presidente, e reforma agrária).

Já que a fama de "nova direita cristã" está ligada com a entrada maciça dos pentecostais na política, convém diferenciar os evangélicos com relação à Nota DIAP.

Quadro 4
Nota DIAP e Igreja

	Assembléia de Deus	Tod os os Pentecostais	Batistas	Todos os Históricos
Média da Nota DIAP	5,00	5,06	3,07	3,90

Vemos que a média dos pentecostais é mais alta do que a dos históricos, e até do que o conjunto dos constituintes! É verdade que, levando em conta a classe social da vasta maioria dos pentecostais, poderia ser bem maior. De qualquer forma, impossibilita classificá-los simplesmente como "nova direita cristã". Se existe tal fenômeno no Brasil, ela se localiza nas igrejas históricas, principalmente entre os batistas.

Embora os deputados brasileiros tenham privilegiado os temas ligados à família e à moral sexual, tal como a New Christian Right nos Estados Unidos, devemos ter o cuidado de não atribuir-lhes uma raciona-

lidade de ação política que não possuem. Não há órgãos de coordenação nem "intelectuais orgânicos", análogos aos agentes de pastoral nas CEBs, que os orientem em algum projeto para a sociedade. A concentração em certas questões deve-se não tanto a uma estratégia articulada, mas a um instinto de sobrevivência. É falando sobre esses assuntos que se sentem mais seguros e mais respaldados pelas suas comunidades. A ênfase nas questões morais é uma maneira de justificar a sua entrada na política.

A New Christian Right é impulsionada pelas "bases" cristãs de vastas regiões dos Estados Unidos, e tem um projeto que ultrapassa em muito o conservadorismo moral. Inclui a defesa da livre-iniciativa e do poderio americano. O fenômeno brasileiro não tem esse conteúdo ideológico. Os líderes de organizações como Moral Majority interpretam toda uma onda de opinião e tentam dar-lhe voz através de entidades inter-eclesiásticas. Os novos políticos evangélicos no Brasil, por outro lado, são controladores de máquinas eclesásticas, ou fazem acordos com os mesmos. Não há impulso das "bases". A New Christian Right tem um projeto restauracionista porque sente que perdeu o controle de um país que tem um mito fundante protestante. Os novos atores políticos evangélicos no Brasil não tem um projeto; apenas sentem, e talvez com razão, que o futuro lhes pertence.

Já se superou, na literatura sociológica, a idéia de que o pentecostalismo seja necessariamente alienante, ou então conservador, como decorrência da sua doutrina.

"O conservadorismo atual das igrejas pentecostais é decorrente de uma dada conjuntura nas relações entre pentecostais e os demais círculos de arregimentação ideológica? Como a igreja católica tem evidenciado, as posições relativas das diversas igrejas não são estáticas."¹⁹

Quais foram, portanto, os fatores externos que facilitaram e os fatores internos que provocaram essa forma peculiar de politização, a mudança de "crente não se mete em política" para "irmão vota em irmão"?

As Razões da Politização Pentecostal

Os apetites foram abertos pelo governo militar que, desentendendo-se com a Igreja Católica a partir de 1968, procurou apoio nos meios

evangélicos. A nível local, os pentecostais foram incluídos nos quadros da clientela política das famílias tradicionais, desgostosas com a nova orientação católica.²⁰ Assim, ocorreu uma legitimação sem precedentes dos evangélicos como atores políticos. Outro fator facilitador é o próprio sistema político brasileiro, a meio caminho entre o sistema americano (altamente favorável) e o britânico (desfavorável) nas facilidades que oferece para a atividade política de grupos religiosos particularistas.²¹ O sistema brasileiro é federal; tem meios de comunicação de massa relativamente abertos; tem partidos fracos, sem tradição e, em geral, com pouca consistência ideológica; e, acima de tudo, possui um sistema eleitoral em que cada estado como unidade elege vários deputados, aumentando o peso político de uma comunidade minoritária e dispersa. Num sistema de distritos eleitorais, os evangélicos não teriam muitos parlamentares, e certamente não do tipo corporativo. Outro fator externo foi o exemplo da New Christian Right. Deixamos em aberto a possibilidade de vínculos mais íntimos, inclusive pela via dos pregadores da televisão.

Quanto aos fatores internos, o namoro com o regime militar e o crescimento numérico seriam tentações fortes para que, com a redemocratização, a docilidade dos fiéis fosse canalizada politicamente em função de projetos de interesse da própria igreja. O momento da Constituinte ofereceu a oportunidade de justificar a mudança, em termos da necessidade de defender a liberdade religiosa (supostamente ameaçada). Sugiro, porém, outra razão forte pela forma peculiar de politização. A crise econômica dos anos 80 tendia a neutralizar os efeitos tradicionais da conversão (a criação de uma força-de-trabalho honesta, esforçada e poupadora), restringindo as chances de ascensão social individual,²² aumentando a sensibilidade do fiel, enquanto pobre e trabalhador, para com as reivindicações dos menos favorecidos da sociedade. E com a redemocratização, essas reivindicações expressavam-se com maior desembaraço, colocando em dúvida a capacidade da socialização sectária de defender seus membros de uma politização indesejável. O projeto político da cúpula pentecostal seria, então, uma maneira de incorporar o tema de uma forma controlada, impedindo que concorrentes

passassem a ter acesso aos ouvidos dos fiéis. Um projeto de "antecipação" política, visando defender as fronteiras da seita e proteger a capacidade de reprodução social sectária.

A crise também acentuou as carências individuais e eclesiais (muitas igrejas pentecostais, não possuindo templos próprios, têm que mudar constantemente e precisam pedir uma série de providências ao município para evitar uma instabilidade na sua membresia).²³

Outro fator é o acirramento da concorrência religiosa com a umbanda e com as CEBs (uma tentativa de revitalização da presença católica a nível popular). Assim, as nuances políticas evangélicas não representariam algum projeto articulado para o país (como no caso da New Christian Right), mas um esforço de diferenciação do seu produto frente à esquerda católica, e a percepção correta de uma comunidade religiosa pobre mas em rápida expansão e cheia de confiança, diante de um estado forte e empregador.

Tudo isso deve ser colocado dentro da perspectiva da evolução das seitas, ou melhor, da pluralidade de evoluções possíveis.²⁴ No caso específico da Assembléia de Deus, os últimos vinte anos presenciaram uma tendência para a ascensão social, para maior ênfase na educação teológica, e para a perda de espaço "em baixo" para os novos grupos pentecostais que mantêm o carisma em estado mais "puro".

A eleição pentecostal de candidatos próprios representa sua emancipação política, eliminando os tradicionais intermediários, fossem evangélicos históricos ou não evangélicos. É o início da gestão própria, a afirmação da maioria cívica.

Avaliação da Recente Presença Evangélica na Política Brasileira

Devemos evitar a tendência de emitir juízos teológicos como se tudo estivesse se passando num vazio sociológico. Não se pode entender as posturas políticas independentemente da posição relativa de cada denominação no campo religioso. Na Europa, historicamente, as minorias religiosas tenderam para a esquerda (a pequena minoria protestante na

França, as grandes minorias católicas na Holanda, Suíça, Alemanha), devido à sua posição social.²⁵

O catolicismo da Contra-Reforma, onde foi vitorioso, não permitiu a existência de amplas minorias protestantes. Estas, onde existem, são de implantação recente. Em nenhum país da Europa alcançam cifras politicamente significativas, mas na América Latina, sim. Aqui, porém, entra em jogo um outro fator. A América Latina, embora herdeira do "padrão francês" (uma igreja monolítica impondo um monopólio religioso, em aliança com as autocracias, e criando, à sua própria imagem, um secularismo militante de esquerda), tem a vantagem de desenvolver-se politicamente (como resultado da urbanização e industrialização) num momento em que o centro europeu do catolicismo muda da direita para o centro, num esforço de reverter a situação de conflito crônico. Às vezes surgiu, também, uma esquerda católica. Os evangélicos emergem politicamente no Brasil nesse contexto marcado, por um lado, pela tradição de uma esquerda militantemente atéia e, por outro lado, pelo fenômeno recente do catolicismo progressista. Não é de surpreender, então, que os pentecostais brasileiros, fortemente anti-católicos, tenham se posicionado majoritariamente à direita. Em outro contexto, como o da Nicarágua, o resultado pode ser diferente.²⁶

Tendo em vista esse campo de forças religioso, é importante explicitar o lugar social do discurso crítico. Parte da razão pela polêmica em torno dos pentecostais é que estão invadindo uma esfera antes reservada às "igrejas" (católica e protestantes históricas). É a primeira vez que um grupo religioso não católico se articula tão aberta e agressivamente numa instância de poder no Brasil. É o segundo grande momento político do protestantismo brasileiro: o primeiro, no século XIX, foi a reivindicação do direito de existir, e visava quebrar a manutenção oficial do monopólio religioso católico; o segundo, agora, ameaça a hegemonia católica.

A tragédia é que ocorre num momento em que o protestantismo brasileiro está destituído de um projeto que abarque a sociedade, como teve em outros momentos da história. Simplificando, podemos dizer que no início houve tentativas (Daniel Kidder, José Manuel da Concei-

ção) de ver o protestantismo como um projeto de reforma da igreja (sentido sociológico). A igreja brasileira se reformaria, com implicações tremendas para a identidade nacional. Fracassando esse projeto (em parte por dificuldades externas, em parte porque foi abortado por aqueles protestantes que queriam outra solução), as igrejas protestantes já existentes em outros países foram transplantadas. Ou seja, optou-se por uma solução denominacional (sentido sociológico) numa realidade que ainda não a comportava. Daí a aliança com o liberalismo secularista e maçônico, para livrar essas “denominações” de sua realidade local de seitas. O protestantismo era apresentado como portador da modernização (progresso, educação, alfabetização). A protestantização da nação seria o caminho para o desenvolvimento. Hoje, nas igrejas históricas, esse discurso está em crise, e nas pentecostais nunca deitou raízes. O atual projeto político majoritário, o dos pentecostais, ao invés de ser o futuro chegando para a nação, é sombrio, tingido pelo caos apocalíptico, e dificilmente passa de uma estratégia de crescimento no campo religioso.²⁷ O conceito de missão como alargamento das fronteiras da seita, autoriza essa abordagem instrumentalizante diante da política. Apenas dois exemplos disso, de um livro influente no meio pentecostal:

“Se elegermos evangélicos [para todas as funções executivas e legislativas], sem dúvida que nos dedicaremos melhor ao nosso trabalho de evangelizar o povo.”²⁸

“O imposto que o crente paga... vai financiar a idolatria [o catolicismo] e a feitiçaria [a umbanda]... Cada parlamentar federal... recebe, anualmente, no Orçamento da União, uma parcela de recursos... Vejam que volume fabuloso de recursos poderiam estar ajudando nossas organizações no setor social e educacional.”²⁹

De reforma da igreja e de implantação das denominações, passamos para o crescimento das seitas por meio da gestão própria na política. As antigas denominações oscilam entre a sectarização e a aquisição da legitimidade de igrejas por meio do ecumenismo. Este lhes oferece uma legitimidade derivada, à sombra da Igreja Católica, que as obriga a olhar as “seitas” (sentido não sociológico, ou seja, grupos religiosos proselitistas e, portanto, contestadores do status quo religioso) com os olhos da hierarquia católica. Adquirem a respeitabilidade às custas de uma

posição subalterna e da estagnação social. Ficarão, ao que tudo indica, espremidas entre as "seitas" em expansão e a Igreja Católica cada vez mais apavorada e conservadora.

Entre os fatores que contribuem para o comportamento político diferenciado em cada país da América Latina, temos que levar em conta: o grau de desintegração social (muito menor no Brasil do que, por exemplo, no Peru); o fator étnico (quando o pentecostalismo se alia com um grupo étnico oprimido, como entre os negros americanos e sul-africanos³⁰ e grupos indígenas na América Latina, mas não no Brasil, adquire outras feições); a maneira em que se deu a penetração protestante no país; o tipo de catolicismo com que se defronta; e a experiência de unidade evangélica. No Brasil, com exceção de alguns históricos antes de 1964, não houve essa experiência; e o esfacelamento do mundo protestante, ao mesmo tempo em que torna o pentecostalismo verdadeiramente popular, o isola e o priva de "agentes de pastoral" mais especializados. O "escândalo" dos políticos evangélicos tem levado líderes "evangelicais" a tratar concretamente da formação de órgãos de unidade da igreja. Talvez assim consigam superar o isolamento pentecostal, de uma forma que não é possível para os líderes ecumênicos, distanciados da massa protestante do país por abismos teológicos.

Examinando os constituintes evangélicos, vemos que os pentecostais formaram um grupo com pouca experiência política, não devido à sua idade mas à realidade de carreiras eclesiásticas que incorporaram a política em determinado momento. A entrada pentecostal na política não oferece uma via nova de ascensão política ao fiel comum, mas apenas àquele que já se destacou no trabalho eclesiástico e se tornou pastor. Mas, as qualidades que ajudam alguém a se destacar no evangelismo e no pastorado seriam as necessárias na política? A mentalidade que o constante exercício do pastorado cria, principalmente no meio pentecostal onde fala-se quase sempre de cátedra, seria a mais adequada para a vida parlamentar, feita de diálogo entre pares? O problema é que a mentalidade sectária dificilmente aceita que um membro comum se destaque em alguma instância social e entre na política de uma forma

autônoma e responsável com o apoio da comunidade³¹, a menos que não haja opção política mais controlável.

Várias questões teológicas e éticas se apresentam aqui. Há uma confusão entre a igreja institucional e o Reino de Deus, entre como a obra de Deus avança e como a instituição eclesiástica se fortalece. Como diz Jacques Ellul: “Nossos meios são o que cria opacidade entre Deus e os homens... É por eles que as pessoas, em última análise, nos julgam...; certamente não pelas nossas intenções.”³²

Falta uma teologia do poder na comunidade evangélica brasileira. Passamos do isolacionismo para a participação ingênua, sem adquirir um realismo cristão frente ao poder temporal, nem critérios cristãos para o exercício do poder. Ademais, urge questionar as formas de engajamento político. O projeto pentecostal de conquista de postos de comando, revela uma idolatria do poder “de cima para baixo”, e um desprezo por formas menos espetaculares mas talvez mais fecundas de ação política.

Falta-nos também uma ética de renúncia motivada pelo Reino de Deus, suplantando o legalismo vigente. Os fariseus, que davam fielmente o dízimo, eram, no entanto, “amigos do dinheiro” (Lc 16:14). Uma vez pago o dízimo, não havia critério para o restante. Quando o legalista se encontra numa situação onde não há regras, ele fica literalmente desregrado. Por isso, cai facilmente nas garras das benesses públicas e da venda do voto no parlamento. O legalismo, que ensina somente regras, forma pessoas sem princípios. Quando o legalista entra na política, há boa chance de que será “amigo do dinheiro”.

O que precisamos é de uma ética de renúncia capaz de usar as coisas com cuidado e abrir mão das oportunidades. Uma postura básica diante da vida, cultivando o domínio próprio especialmente nas três áreas clássicas de dinheiro, sexo e poder. Não é por acaso que já houve escândalos envolvendo os políticos evangélicos no Brasil nas áreas de dinheiro e poder, mas não na área de sexo — um terreno fortemente vigiado pelos legalistas, onde qualquer deslize levaria à perda do voto evangélico.

Finalmente, ainda não há uma teologia política suficientemente desenvolvida entre os evangélicos brasileiros. Uma teologia que abranja uma compreensão bíblica do Estado, da tarefa dos governantes, da função das leis; princípios cristãos que norteiem a ação política para além do moralismo e da "compaixão cristã"; a distinção entre moral e legislação, e uma compreensão da especificidade da moralidade política. A menos que haja uma mudança radical dos hábitos políticos (provocada, por exemplo, pela introdução do voto distrital), não será mais possível ignorar a relação evangélicos/política. Urge, pois, compreendê-la sociologicamente e enfrentar os desafios teológicos e pastorais que aporta

Anexo

A sociologia da religião costuma usar para fins analíticos, como tipos ideais (sendo que nenhum caso real se encaixará perfeitamente).

Seita: comunidade religiosa que rejeita a religião dominante; adesão voluntária e alto nível de participação; exigência de consentimento teológico; controle rigoroso sobre a vida dos membros, ênfase na separação do "mundo" e oposição à participação autônoma na vida pública; alta exigência de compromisso com o grupo; membresia geralmente de classe baixa; critérios carismáticos (sentido sociológico) para liderança; formação prática, com pouco ou nenhum treinamento formal.

Seita Estabelecida: processo de evolução da seita que muitas vezes (mas nem sempre) ocorre na segunda ou terceira geração; começa a acomodação com o "mundo"; processos de mobilidade começam a diferenciar socialmente os fiéis; laços comunitários ainda fortes mas diminuindo; uma teologia parecida com a da seita, mas com a necessidade de elaborá-la; surgimento de seminários; tendência a exigir algum treinamento formal para os líderes; surgimento de uma consciência sócio-política individual, restringindo o totalitarismo sectário.

Denominação: surge num contexto de pluralismo religioso; separada do Estado, mas favorece a integração social dos fiéis; membresia predominantemente de uma só classe social (especialmente de classe média); clero profissional; não reivindica um monopólio da fé; laços comunitários mais fracos.

autônoma e responsável com o apoio da comunidade³¹, a menos que não haja opção política mais controlável.

Várias questões teológicas e éticas se apresentam aqui. Há uma confusão entre a igreja institucional e o Reino de Deus, entre como a obra de Deus avança e como a instituição eclesiástica se fortalece. Como diz Jacques Ellul: “Nossos meios são o que cria opacidade entre Deus e os homens... É por eles que as pessoas, em última análise, nos julgam...; certamente não pelas nossas intenções.”³²

Falta uma teologia do poder na comunidade evangélica brasileira. Passamos do isolacionismo para a participação ingênua, sem adquirir um realismo cristão frente ao poder temporal, nem critérios cristãos para o exercício do poder. Ademais, urge questionar as formas de engajamento político. O projeto pentecostal de conquista de postos de comando, revela uma idolatria do poder “de cima para baixo”, e um desprezo por formas menos espetaculares mas talvez mais fecundas de ação política.

Falta-nos também uma ética de renúncia motivada pelo Reino de Deus, suplantando o legalismo vigente. Os fariseus, que davam fielmente o dízimo, eram, no entanto, “amigos do dinheiro” (Lc 16:14). Uma vez pago o dízimo, não havia critério para o restante. Quando o legalista se encontra numa situação onde não há regras, ele fica literalmente desregrado. Por isso, cai facilmente nas garras das benesses públicas e da venda do voto no parlamento. O legalismo, que ensina somente regras, forma pessoas sem princípios. Quando o legalista entra na política, há boa chance de que será “amigo do dinheiro”.

O que precisamos é de uma ética de renúncia capaz de usar as coisas com cuidado e abrir mão das oportunidades. Uma postura básica diante da vida, cultivando o domínio próprio especialmente nas três áreas clássicas de dinheiro, sexo e poder. Não é por acaso que já houve escândalos envolvendo os políticos evangélicos no Brasil nas áreas de dinheiro e poder, mas não na área de sexo — um terreno fortemente vigiado pelos legalistas, onde qualquer deslizamento levaria à perda do voto evangélico.

Finalmente, ainda não há uma teologia política suficientemente desenvolvida entre os evangélicos brasileiros. Uma teologia que abranja uma compreensão bíblica do Estado, da tarefa dos governantes, da função das leis, princípios cristãos que norteiem a ação política para além do moralismo e da "compaixão cristã"; a distinção entre moral e legislação, e uma compreensão da especificidade da moralidade política. A menos que haja uma mudança radical dos hábitos políticos (provocada, por exemplo, pela introdução do voto distrital), não será mais possível ignorar a relação evangélicos/política. Urge, pois, compreendê-la sociologicamente e enfrentar os desafios teológicos e pastorais que aporta

Anexo

A sociologia da religião costuma usar para fins analíticos, como tipos ideais (sendo que nenhum caso real se encaixará perfeitamente):

Seita: comunidade religiosa que rejeita a religião dominante, adesão voluntária e alto nível de participação; exigência de consentimento teológico; controle rigoroso sobre a vida dos membros, ênfase na separação do "mundo" e oposição à participação autônoma na vida pública; alta exigência de compromisso com o grupo; membresia geralmente de classe baixa, critérios carismáticos (sentido sociológico) para liderança, formação prática, com pouco ou nenhum treinamento formal.

Seita Estabelecida: processo de evolução da seita que muitas vezes (mas nem sempre) ocorre na segunda ou terceira geração; começa a acomodação com o "mundo"; processos de mobilidade começam a diferenciar socialmente os fiéis; laços comunitários ainda fortes mas diminuindo; uma teologia parecida com a da seita, mas com a necessidade de elaborá-la; surgimento de seminários; tendência a exigir algum treinamento formal para os líderes; surgimento de uma consciência sócio-política individual, restringindo o totalitarismo sectário.

Denominação: surge num contexto de pluralismo religioso; separada do Estado, mas favorece a integração social dos fiéis; membresia predominantemente de uma só classe social (especialmente de classe média); clero profissional; não reivindica um monopólio da fé; laços comunitários mais fracos.

autônoma e responsável com o apoio da comunidade³¹, a menos que não haja opção política mais controlável.

Várias questões teológicas e éticas se apresentam aqui. Há uma confusão entre a igreja institucional e o Reino de Deus, entre como a obra de Deus avança e como a instituição eclesial se fortalece. Como diz Jacques Ellul: “Nossos meios são o que cria opacidade entre Deus e os homens... É por eles que as pessoas, em última análise, nos julgam...; certamente não pelas nossas intenções.”³²

Falta uma teologia do poder na comunidade evangélica brasileira. Passamos do isolacionismo para a participação ingênua, sem adquirir um realismo cristão frente ao poder temporal, nem critérios cristãos para o exercício do poder. Ademais, urge questionar as formas de engajamento político. O projeto pentecostal de conquista de postos de comando, revela uma idolatria do poder “de cima para baixo”, e um desprezo por formas menos espetaculares mas talvez mais fecundas de ação política.

Falta-nos também uma ética de renúncia motivada pelo Reino de Deus, suplantando o legalismo vigente. Os fariseus, que davam fielmente o dízimo, eram, no entanto, “amigos do dinheiro” (Lc 16:14). Uma vez pago o dízimo, não havia critério para o restante. Quando o legalista se encontra numa situação onde não há regras, ele fica literalmente desregrado. Por isso, cai facilmente nas garras das benesses públicas e da venda do voto no parlamento. O legalismo, que ensina somente regras, forma pessoas sem princípios. Quando o legalista entra na política, há boa chance de que será “amigo do dinheiro”.

O que precisamos é de uma ética de renúncia capaz de usar as coisas com cuidado e abrir mão das oportunidades. Uma postura básica diante da vida, cultivando o domínio próprio especialmente nas três áreas clássicas de dinheiro, sexo e poder. Não é por acaso que já houve escândalos envolvendo os políticos evangélicos no Brasil nas áreas de dinheiro e poder, mas não na área de sexo — um terreno fortemente vigiado pelos legalistas, onde qualquer deslizamento levaria à perda do voto evangélico.

Finalmente, ainda não há uma teologia política suficientemente desenvolvida entre os evangélicos brasileiros. Uma teologia que abranja uma compreensão bíblica do Estado, da tarefa dos governantes, da função das leis, princípios cristãos que norteiem a ação política para além do moralismo e da "compaixão cristã", a distinção entre moral e legislação, e uma compreensão da especificidade da moralidade política. A menos que haja uma mudança radical dos hábitos políticos (provocada, por exemplo, pela introdução do voto distrital), não será mais possível ignorar a relação evangélicos/política. Urge, pois, compreendê-la sociologicamente e enfrentar os desafios teológicos e pastorais que aporta

Anexo

A sociologia da religião costuma usar para fins analíticos, como tipos ideais (sendo que nenhum caso real se encaixará perfeitamente):

Seita: comunidade religiosa que rejeita a religião dominante; adesão voluntária e alto nível de participação; exigência de consentimento teológico; controle rigoroso sobre a vida dos membros, ênfase na separação do "mundo" e oposição à participação autônoma na vida pública; alta exigência de compromisso com o grupo; membresia geralmente de classe baixa; critérios carismáticos (sentido sociológico) para liderança; formação prática, com pouco ou nenhum treinamento formal.

Seita Estabelecida: processo de evolução da seita que muitas vezes (mas nem sempre) ocorre na segunda ou terceira geração, começa a acomodação com o "mundo"; processos de mobilidade começam a diferenciar socialmente os fiéis; laços comunitários ainda fortes mas diminuindo; uma teologia parecida com a da seita, mas com a necessidade de elaborá-la; surgimento de seminários; tendência a exigir algum treinamento formal para os líderes; surgimento de uma consciência sócio-política individual, restringindo o totalitarismo sectário.

Denominação: surge num contexto de pluralismo religioso; separada do Estado, mas favorece a integração social dos fiéis; membresia predominantemente de uma só classe social (especialmente de classe média); clero profissional; não reivindica um monopólio da fé; laços comunitários mais fracos.

autônoma e responsável com o apoio da comunidade³¹, a menos que não haja opção política mais controlável.

Várias questões teológicas e éticas se apresentam aqui. Há uma confusão entre a igreja institucional e o Reino de Deus, entre como a obra de Deus avança e como a instituição eclesiástica se fortalece. Como diz Jacques Ellul: “Nossos meios são o que cria opacidade entre Deus e os homens... É por eles que as pessoas, em última análise, nos julgam...; certamente não pelas nossas intenções.”³²

Falta uma teologia do poder na comunidade evangélica brasileira. Passamos do isolacionismo para a participação ingênua, sem adquirir um realismo cristão frente ao poder temporal, nem critérios cristãos para o exercício do poder. Ademais, urge questionar as formas de engajamento político. O projeto pentecostal de conquista de postos de comando, revela uma idolatria do poder “de cima para baixo”, e um desprezo por formas menos espetaculares mas talvez mais fecundas de ação política.

Falta-nos também uma ética de renúncia motivada pelo Reino de Deus, suplantando o legalismo vigente. Os fariseus, que davam fielmente o dízimo, eram, no entanto, “amigos do dinheiro” (Lc 16:14). Uma vez pago o dízimo, não havia critério para o restante. Quando o legalista se encontra numa situação onde não há regras, ele fica literalmente desregrado. Por isso, cai facilmente nas garras das benesses públicas e da venda do voto no parlamento. O legalismo, que ensina somente regras, forma pessoas sem princípios. Quando o legalista entra na política, há boa chance de que será “amigo do dinheiro”.

O que precisamos é de uma ética de renúncia capaz de usar as coisas com cuidado e abrir mão das oportunidades. Uma postura básica diante da vida, cultivando o domínio próprio especialmente nas três áreas clássicas de dinheiro, sexo e poder. Não é por acaso que já houve escândalos envolvendo os políticos evangélicos no Brasil nas áreas de dinheiro e poder, mas não na área de sexo — um terreno fortemente vigiado pelos legalistas, onde qualquer deslizamento levaria à perda do voto evangélico.

Finalmente, ainda não há uma teologia política suficientemente desenvolvida entre os evangélicos brasileiros. Uma teologia que abranja uma compreensão bíblica do Estado, da tarefa dos governantes, da função das leis, princípios cristãos que norteiem a ação política para além do moralismo e da "compaixão cristã", a distinção entre moral e legislação, e uma compreensão da especificidade da moralidade política. A menos que haja uma mudança radical dos hábitos políticos (provocada, por exemplo, pela introdução do voto distrital), não será mais possível ignorar a relação evangélicos/política. Urge, pois, compreendê-la sociologicamente e enfrentar os desafios teológicos e pastorais que aporta.

Anexo

A sociologia da religião costuma usar para fins analíticos, como tipos ideais (sendo que nenhum caso real se encaixará perfeitamente).

Seita: comunidade religiosa que rejeita a religião dominante; adesão voluntária e alto nível de participação; exigência de consentimento teológico; controle rigoroso sobre a vida dos membros, ênfase na separação do "mundo" e oposição à participação autônoma na vida pública; alta exigência de compromisso com o grupo; membresia geralmente de classe baixa; critérios carismáticos (sentido sociológico) para liderança; formação prática, com pouco ou nenhum treinamento formal.

Seita Estabelecida: processo de evolução da seita que muitas vezes (mas nem sempre) ocorre na segunda ou terceira geração; começa a acomodação com o "mundo"; processos de mobilidade começam a diferenciar socialmente os fiéis; laços comunitários ainda fortes mas diminuindo; uma teologia parecida com a da seita, mas com a necessidade de elaborá-la; surgimento de seminários; tendência a exigir algum treinamento formal para os líderes; surgimento de uma consciência sócio-política individual, restringindo o totalitarismo sectário.

Denominação: surge num contexto de pluralismo religioso; separada do Estado, mas favorece a integração social dos fiéis; membresia predominantemente de uma só classe social (especialmente de classe média); clero profissional, não reivindica um monopólio da fé; laços comunitários mais fracos.

autônoma e responsável com o apoio da comunidade³¹, a menos que não haja opção política mais controlável.

Várias questões teológicas e éticas se apresentam aqui. Há uma confusão entre a igreja institucional e o Reino de Deus, entre como a obra de Deus avança e como a instituição eclesiástica se fortalece. Como diz Jacques Ellul: “Nossos meios são o que cria opacidade entre Deus e os homens... É por eles que as pessoas, em última análise, nos julgam...; certamente não pelas nossas intenções.”³²

Falta uma teologia do poder na comunidade evangélica brasileira. Passamos do isolacionismo para a participação ingênua, sem adquirir um realismo cristão frente ao poder temporal, nem critérios cristãos para o exercício do poder. Ademais, urge questionar as formas de engajamento político. O projeto pentecostal de conquista de postos de comando, revela uma idolatria do poder “de cima para baixo”, e um desprezo por formas menos espetaculares mas talvez mais fecundas de ação política.

Falta-nos também uma ética de renúncia motivada pelo Reino de Deus, suplantando o legalismo vigente. Os fariseus, que davam fielmente o dízimo, eram, no entanto, “amigos do dinheiro” (Lc 16:14). Uma vez pago o dízimo, não havia critério para o restante. Quando o legalista se encontra numa situação onde não há regras, ele fica literalmente desregrado. Por isso, cai facilmente nas garras das benesses públicas e da venda do voto no parlamento. O legalismo, que ensina somente regras, forma pessoas sem princípios. Quando o legalista entra na política, há boa chance de que será “amigo do dinheiro”.

O que precisamos é de uma ética de renúncia capaz de usar as coisas com cuidado e abrir mão das oportunidades. Uma postura básica diante da vida, cultivando o domínio próprio especialmente nas três áreas clássicas de dinheiro, sexo e poder. Não é por acaso que já houve escândalos envolvendo os políticos evangélicos no Brasil nas áreas de dinheiro e poder, mas não na área de sexo — um terreno fortemente vigiado pelos legalistas, onde qualquer deslize levaria à perda do voto evangélico.

Finalmente, ainda não há uma teologia política suficientemente desenvolvida entre os evangélicos brasileiros. Uma teologia que abranja uma compreensão bíblica do Estado, da tarefa dos governantes, da função das leis, princípios cristãos que norteiem a ação política para além do moralismo e da "compaixão cristã", a distinção entre moral e legislação, e uma compreensão da especificidade da moralidade política. A menos que haja uma mudança radical dos hábitos políticos (provocada, por exemplo, pela introdução do voto distrital), não será mais possível ignorar a relação evangélicos/política. Urge, pois, compreendê-la sociologicamente e enfrentar os desafios teológicos e pastorais que aporta

Anexo

A sociologia da religião costuma usar para fins analíticos, como tipos ideais (sendo que nenhum caso real se encaixará perfeitamente).

Seita: comunidade religiosa que rejeita a religião dominante; adesão voluntária e alto nível de participação; exigência de consentimento teológico; controle rigoroso sobre a vida dos membros, ênfase na separação do "mundo" e oposição à participação autônoma na vida pública; alta exigência de compromisso com o grupo; membresia geralmente de classe baixa; critérios carismáticos (sentido sociológico) para liderança; formação prática, com pouco ou nenhum treinamento formal.

Seita Estabelecida: processo de evolução da seita que muitas vezes (mas nem sempre) ocorre na segunda ou terceira geração; começa a acomodação com o "mundo"; processos de mobilidade começam a diferenciar socialmente os fiéis; laços comunitários ainda fortes mas diminuindo; uma teologia parecida com a da seita, mas com a necessidade de elaborá-la; surgimento de seminários; tendência a exigir algum treinamento formal para os líderes; surgimento de uma consciência sócio-política individual, restringindo o totalitarismo sectário.

Denominação: surge num contexto de pluralismo religioso; separada do Estado, mas favorece a integração social dos fiéis; membresia predominantemente de uma só classe social (especialmente de classe média); clero profissional; não reivindica um monopólio da fé; laços comunitários mais fracos.

autônoma e responsável com o apoio da comunidade³¹, a menos que não haja opção política mais controlável.

Várias questões teológicas e éticas se apresentam aqui. Há uma confusão entre a igreja institucional e o Reino de Deus, entre como a obra de Deus avança e como a instituição eclesiástica se fortalece. Como diz Jacques Ellul: “Nossos meios são o que cria opacidade entre Deus e os homens... É por eles que as pessoas, em última análise, nos julgam...; certamente não pelas nossas intenções.”³²

Falta uma teologia do poder na comunidade evangélica brasileira. Passamos do isolacionismo para a participação ingênua, sem adquirir um realismo cristão frente ao poder temporal, nem critérios cristãos para o exercício do poder. Ademais, urge questionar as formas de engajamento político. O projeto pentecostal de conquista de postos de comando, revela uma idolatria do poder “de cima para baixo”, e um desprezo por formas menos espetaculares mas talvez mais fecundas de ação política.

Falta-nos também uma ética de renúncia motivada pelo Reino de Deus, suplantando o legalismo vigente. Os fariseus, que davam fielmente o dízimo, eram, no entanto, “amigos do dinheiro” (Lc 16:14). Uma vez pago o dízimo, não havia critério para o restante. Quando o legalista se encontra numa situação onde não há regras, ele fica literalmente desregado. Por isso, cai facilmente nas garras das benesses públicas e da venda do voto no parlamento. O legalismo, que ensina somente regras, forma pessoas sem princípios. Quando o legalista entra na política, há boa chance de que será “amigo do dinheiro”.

O que precisamos é de uma ética de renúncia capaz de usar as coisas com cuidado e abrir mão das oportunidades. Uma postura básica diante da vida, cultivando o domínio próprio especialmente nas três áreas clássicas de dinheiro, sexo e poder. Não é por acaso que já houve escândalos envolvendo os políticos evangélicos no Brasil nas áreas de dinheiro e poder, mas não na área de sexo — um terreno fortemente vigiado pelos legalistas, onde qualquer deslize levaria à perda do voto evangélico.

Finalmente, ainda não há uma teologia política suficientemente desenvolvida entre os evangélicos brasileiros. Uma teologia que abranja uma compreensão bíblica do Estado, da tarefa dos governantes, da função das leis, princípios cristãos que norteiem a ação política para além do moralismo e da "compaixão cristã", a distinção entre moral e legislação, e uma compreensão da especificidade da moralidade política. A menos que haja uma mudança radical dos hábitos políticos (provocada, por exemplo, pela introdução do voto distrital), não será mais possível ignorar a relação evangélicos/política. Urge, pois, compreendê-la sociologicamente e enfrentar os desafios teológicos e pastorais que aporta

Anexo

A sociologia da religião costuma usar para fins analíticos, como tipos ideais (sendo que nenhum caso real se encaixará perfeitamente).

Seita: comunidade religiosa que rejeita a religião dominante; adesão voluntária e alto nível de participação; exigência de consentimento teológico; controle rigoroso sobre a vida dos membros, ênfase na separação do "mundo" e oposição à participação autônoma na vida pública; alta exigência de compromisso com o grupo; membresia geralmente de classe baixa; critérios carismáticos (sentido sociológico) para liderança; formação prática, com pouco ou nenhum treinamento formal.

Seita Estabelecida: processo de evolução da seita que muitas vezes (mas nem sempre) ocorre na segunda ou terceira geração; começa a acomodação com o "mundo"; processos de mobilidade começam a diferenciar socialmente os fiéis; laços comunitários ainda fortes mas diminuindo; uma teologia parecida com a da seita, mas com a necessidade de elaborá-la; surgimento de seminários; tendência a exigir algum treinamento formal para os líderes; surgimento de uma consciência sócio-política individual, restringindo o totalitarismo sectário.

Denominação: surge num contexto de pluralismo religioso; separada do Estado, mas favorece a integração social dos fiéis; membresia predominantemente de uma só classe social (especialmente de classe média); clero profissional; não reivindica um monopólio da fé; laços comunitários mais fracos.

autônoma e responsável com o apoio da comunidade³¹, a menos que não haja opção política mais controlável.

Várias questões teológicas e éticas se apresentam aqui. Há uma confusão entre a igreja institucional e o Reino de Deus, entre como a obra de Deus avança e como a instituição eclesial se fortalece. Como diz Jacques Ellul: “Nossos meios são o que cria opacidade entre Deus e os homens... É por eles que as pessoas, em última análise, nos julgam...; certamente não pelas nossas intenções.”³²

Falta uma teologia do poder na comunidade evangélica brasileira. Passamos do isolacionismo para a participação ingênua, sem adquirir um realismo cristão frente ao poder temporal, nem critérios cristãos para o exercício do poder. Ademais, urge questionar as formas de engajamento político. O projeto pentecostal de conquista de postos de comando, revela uma idolatria do poder “de cima para baixo”, e um desprezo por formas menos espetaculares mas talvez mais fecundas de ação política.

Falta-nos também uma ética de renúncia motivada pelo Reino de Deus, suplantando o legalismo vigente. Os fariseus, que davam fielmente o dízimo, eram, no entanto, “amigos do dinheiro” (Lc 16:14). Uma vez pago o dízimo, não havia critério para o restante. Quando o legalista se encontra numa situação onde não há regras, ele fica literalmente desregrado. Por isso, cai facilmente nas garras das benesses públicas e da venda do voto no parlamento. O legalismo, que ensina somente regras, forma pessoas sem princípios. Quando o legalista entra na política, há boa chance de que será “amigo do dinheiro”.

O que precisamos é de uma ética de renúncia capaz de usar as coisas com cuidado e abrir mão das oportunidades. Uma postura básica diante da vida, cultivando o domínio próprio especialmente nas três áreas clássicas de dinheiro, sexo e poder. Não é por acaso que já houve escândalos envolvendo os políticos evangélicos no Brasil nas áreas de dinheiro e poder, mas não na área de sexo — um terreno fortemente vigiado pelos legalistas, onde qualquer deslize levaria à perda do voto evangélico.

Finalmente, ainda não há uma teologia política suficientemente desenvolvida entre os evangélicos brasileiros. Uma teologia que abranja uma compreensão bíblica do Estado, da tarefa dos governantes, da função das leis, princípios cristãos que norteiem a ação política para além do moralismo e da "compaixão cristã", a distinção entre moral e legislação, e uma compreensão da especificidade da moralidade política. A menos que haja uma mudança radical dos hábitos políticos (provocada, por exemplo, pela introdução do voto distrital), não será mais possível ignorar a relação evangélicos/política. Urge, pois, compreendê-la sociologicamente e enfrentar os desafios teológicos e pastorais que aporta.

Anexo

A sociologia da religião costuma usar para fins analíticos, como tipos ideais (sendo que nenhum caso real se encaixará perfeitamente).

Seita: comunidade religiosa que rejeita a religião dominante; adesão voluntária e alto nível de participação; exigência de consentimento teológico; controle rigoroso sobre a vida dos membros, ênfase na separação do "mundo" e oposição à participação autônoma na vida pública; alta exigência de compromisso com o grupo; membresia geralmente de classe baixa; critérios carismáticos (sentido sociológico) para liderança; formação prática, com pouco ou nenhum treinamento formal.

Seita Estabelecida: processo de evolução da seita que muitas vezes (mas nem sempre) ocorre na segunda ou terceira geração; começa a acomodação com o "mundo"; processos de mobilidade começam a diferenciar socialmente os fiéis; laços comunitários ainda fortes mas diminuindo; uma teologia parecida com a da seita, mas com a necessidade de elaborá-la; surgimento de seminários; tendência a exigir algum treinamento formal para os líderes; surgimento de uma consciência sócio-política individual, restringindo o totalitarismo sectário.

Denominação: surge num contexto de pluralismo religioso; separada do Estado, mas favorece a integração social dos fiéis; membresia predominantemente de uma só classe social (especialmente de classe média); clero profissional; não reivindica um monopólio da fé, laços comunitários mais fracos.

Igreja: uma grande instituição religiosa, cujas fronteiras se confundem com as da nação; membresia universal, policlassista, por nascimento, (inclui “justos” e “injustos”); laços fracos entre os fiéis; alto status, muitas vezes vinculada ao Estado; aceitação da ordem social; clero profissional com rigoroso treinamento formal; tolerante da diversidade teológica.

(Outubro de 1990)

Notas

- 1 **Jornal do Brasil**, 7 de agosto de 1988, p. B-6.
- 2 Para os dados dos Censos, consultar Rolim, Francisco Cartaxo, **Pentecostais no Brasil: Uma Interpretação Sócio-Religiosa**, Petrópolis: Vozes, 1985, p. 27, 104-105.
- 3 Endruweit, W., “Pentecostalism in Brazil: A Historical and Theological Study of its Characteristics”. Tese de doutoramento, Northwestern University, Evanston, Ill., 1975, p. 44.
- 4 Sylvestre, Josué, **Irmão Vota em Irmão**, Brasília, Pergaminho, 1986, p. 28; **Aconteceu no Mundo Evangélico**, maio de 1985, p. 3.
- 5 **Aconteceu no Mundo Evangélico**, fevereiro de 1988, p. 4-5.
- 6 **Aconteceu no Mundo Evangélico**, junho de 1987, p. 5.
- 7 **Jornal do Brasil**, 7 de agosto de 1988, p. B6-B8.
- 8 **Aconteceu no Mundo Evangélico**, outubro de 1988, p. 3.
- 9 **Aconteceu no Mundo Evangélico**, abril de 1988, p. 2.
- 10 **Hoje em Dia** (Belo Horizonte), 9 de abril de 1989, p. 6.
- 11 D’Epinay, Christian Lalive, **Religion, Dynamique Social et Dépendance: les mouvements protestants en Argentine et au Chili**, Paris, Mouton, 1975, p. 281.
- 12 Rolim, *op. cit.*, p. 55.
- 13 **Hoje em Dia** (Belo Horizonte), 9 de abril de 1989, p. 6.
- 14 Stoll, Sandra, “Púlpito e Palanque: Religião e Política nas Eleições de 1982 num Município da Grande São Paulo.” Tese de mestrado, Universidade de Campinas, 1986, p. 279, 315-319.
- 15 Sylvestre, Josué, **Os Evangélicos, a Constituinte e as Eleições Municipais**, Brasília, Papiro, 1988, p. 70.
- 16 **Folha de São Paulo**, 17 de abril de 1989, p. A5.
- 17 Pierucci, Antonio Flávio de Oliveira, “Representantes de Deus em Brasília: A Bancada Evangélica na Constituinte”, **Ciências Sociais Hoje**, 1989, p. 104-132.
- 18 **Quem Foi Quem na Constituinte: nas questões de interesse dos trabalhadores**, São Paulo, Cortez/Oboré, 1988.
- 19 Fernandes, Rubem César, “O debate entre sociólogos a propósito dos pentecostais” **Cadernos do IUPERJ**, Rio de Janeiro, Tempo e Presença, 1977, p. 57-58.
- 20 Stoll, *op. cit.*, p. 182.

- 21 Bruce, Steve, **The Rise and Fall of the New Christian Right**, Oxford, Clarendon Press, 1988, p. 69
- 22 Cook, Guillermo, **The Expectation of the Poor: Latin American Base Ecclesial Communities in Protestant Perspective**, Maryknoll, Orbis, 1985, p. 281
- 23 Stoll, **op. cit.**, p. 213-214.
- 24 D'Épinay, **op. cit.**, p. 180ks.
- 25 Seguimos aqui Martin, David, **A General Theory of Secularization**, Oxford, Blackwell, 1978.
- 26 Bastián, Jean-Pierre, "Protestantismo Popular y Política en Guatemala y Nicaragua." **Revista Mexicana de Sociología** ano XLVIII, 3, p. 181-199.
- 27 Ver, por exemplo, as duas obras acima citadas de Josué Sylvestre.
- 28 "Introdução" de Esaú de Carvalho, *m* Sylvestre, **op. cit.**, 1986, p. 24.
- 29 Sylvestre, **op. cit.**, p. 62-64.
- 30 Rolim, **op. cit.**, p. 69.
- 31 D'Épinay, Christian L. alive, **O Refúgio das Massas**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970, p. 214; Sylvestre, **Os Evangélicos**, p. 23
- 32 Ellul, Jacques, **The Politics of God and the Politics of Man**, Grand Rapids, Eerdmans, 1972, p. 117-118.